

DITADURA MILITAR

Nova esperança a familiares

Após pressão, Lula recia comissão de mortos e desaparecidos políticos. Órgão foi extinto no fim do governo Bolsonaro

» EVANDRO ÉBOLI

Promessa de campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, somente agora o presidente reinstalou a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, órgão responsável pela busca de informações sobre as circunstâncias da eliminação de opositores da ditadura, pela localização de seus restos mortais e também pela emissão de certidões que atestem que estes militantes morreram sob a responsabilidade do Estado.

O presidente retoma os trabalhos da comissão quando se completa 50 anos dos desaparecimentos e perseguição aos militantes que morreram assassinados em poder do Estado e em confrontos com os militares.

Extinta no apagar das luzes do governo de Jair Bolsonaro, que não reconhece as atrocidades do regime militar e cultua o torturador capitão Carlos Alberto Brilhante Ustra, a comissão deixou de existir nesse período e a gestão petista ainda enfrentou uma antiga resistência de setores militares quanto à sua volta, ainda que a atual geração das Forças Armadas não tenha qualquer envolvimento com o ocorrido naquele período.

Para tirar do papel o retorno desse colegiado, precisou que Lula fosse pressionado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), cujos integrantes estiveram no Brasil no mês passado e se encontraram com o chefe do Executivo no Palácio do Planalto. E transmitiram ao petista um duro recado da necessidade da volta da Comissão de Mortos

Arquivo pessoal



Familiares de mortos e desaparecidos pela ditadura protestam em frente ao Planalto pela volta de comissão, extinta pelo governo Bolsonaro

e Desaparecidos, sob risco de o país ser denunciado internacionalmente.

Para compor a comissão, Lula trocou os antigos indicados por Bolsonaro, como o deputado Filipe de Barros (PL-PR), da linha de frente da defesa do conservadorismo e da direita, e indicou nomes comprometidos com a busca pela justiça de transição,

memória e verdade. Para o lugar do parlamentar bolsonarista, na vaga da Câmara na comissão, o presidente indicou a deputada Natália Bonavides (PT-RN), de outro perfil. Ela é autora de um projeto de lei que veda que nomes de militares e torturadores que atuaram na ditadura batizem ruas, praças, viadutos e avenidas, os locais públicos.

Para presidir a comissão, está de volta a procuradora Eugênia Gonzaga, que já a comandou, e tem um trabalho reconhecido pelos familiares dos atingidos pelas violações do regime de exceção instaurado no país por 21 anos. A escolhida diz que a comissão foi prematuramente encerrada em dezembro de 2022, e que essa decisão “gerou grande inquietação e angústia,

especialmente por parte de familiares de mortos e desaparecidos políticos, pois relevantes trabalhos restaram inviabilizados, tais como as retificações de assentos de óbito e a busca e identificação de corpos de desaparecidos políticos”.

A comissão volta num momento de ainda delicada relação com os militares. Lula retardou a reinstalação desse colegiado com

receio de desagradar a caserna, com quem vem, desde sua posse, construindo pontes com as três forças (Marinha, Exército e Aeronáutica), conhecidos espaços de acolhimento do bolsonarismo.

Primeira tarefa

Para a deputada Natália Bonavides, não deveria interessar o que as Forças Armadas vão achar de qualquer tema que não seja a soberania nacional, e defendeu a volta da comissão, que integrará.

“Além disso, é dever do Estado brasileiro atuar para garantir que as famílias que foram atingidas pelo arbítrio praticado por ele tenham direito ao luto. Isso é o mínimo que se espera. E não dá para normalizarmos que as Forças Armadas possam se incomodar se o Estado cumprir essa obrigação”, disse Bonavides ao **Correio**.

Para a parlamentar, a primeira tarefa da comissão será a de debulhar sobre um relatório que aponta sobre o que ainda precisa ser feito pela comissão, que não funcionou no governo de Bolsonaro. “Certamente, precisaremos retomar processos de exumação e coordenar a adequação do mapeamento de alguns cemitérios, como os de Perus e de Vila Formosa. Também deve ser uma missão da comissão auxiliar o governo brasileiro a constituir espaços de preservação da memória”, disse a deputada.

Perus e Vila Formosa são locais onde havia cemitérios clandestinos e para onde eram levados corpos daqueles que enfrentaram o regime. Ossadas encontradas nessas covas aguardam exames de identificação.

Símbolo de luta pela democracia

Aguerrida nas ações que buscam explicações dos militares sobre o destino de seus familiares que atuaram no combate à ditadura, a militante dos direitos humanos Diva Santana celebra a volta da Comissão de Mortos e Desaparecidos, a qual integrou como representantes dessas famílias. Na Guerrilha do Araguaia, movimento de resistência da luta armada e exterminado pelos militares, ela perdeu a irmã, Dinaelza Santana, e o cunhado, Wandick Coqueiro. Desde a década de 1980, Diva já participou de busca das ossadas naquela região do norte do país e viu equipes abrirem covas onde poderiam estar não só seus parentes, mas também familiares de companheiras dessa luta.

“Conseguimos através de muita luta e mobilização, desde o início do

governo, que o Lula cumprisse essa promessa de campanha. Não foram poucas as mobilizações, inclusive em corte internacional. Não precisava de decreto, como ficou claro. Bastou o presidente anular um ato do anterior, tornar sem efeito, para que a comissão seja reinstalada. A volta da comissão é parte da luta pela democracia, que andou ameaçada”, disse Diva.

Dirigente do Grupo Torturuna Nunca Mais, no Rio, Victoria Grabois atuou contra a ditadura, viveu na clandestinidade e procura até hoje notícia sobre três familiares eliminados pelos militares no Araguaia. Estão desaparecidos seu pai (Maurício Grabois), o irmão (André Grabois) e o marido (Gilberto Olímpio). É também autora de uma ação, de duas décadas, que determinou o Estado a adotar

providências para localizar as vítimas dos militares. Grabois reforçou que foi preciso uma pressão para que Lula tomasse a decisão de recriar a comissão. “Essa reinstalação só se deu porque houve uma pressão. Foi o que fez a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), após peticionarmos ações pelo cumprimento de sentença nesse sentido. O Lula teve que mostrar trabalho para a Corte”, afirmou Grabois.

Outras pautas

O grupo Coalizão Brasil por Memória, Verdade e Justiça, que reúne dezenas de entidades ligadas aos direitos humanos, também se manifestou de forma positiva sobre a comissão. A entidade foi parte da pressão sobre o governo.

“Desde o início do mandato de Lula, dialogamos e pressionamos o governo para que o órgão fosse recriado, ao lado de outras organizações da sociedade civil e sob o protagonismo e a liderança dos familiares, que conduzem essa luta há décadas. Finalmente, o compromisso público assumido pelo governo desde antes da posse se concretizou”, informou, em nota.

Uma reivindicação da Coalizão é de que a nova comissão se volte para reconhecimento da perseguição aos povos indígenas e camponeses, também alvos das ações dos militares. E que ainda incluam desaparecimentos dos tempos atuais, que atingem os mais vulneráveis.

“Continuaremos lutando para que a comissão possa ter seu

Evandro Eboli/CB/DA.Press



Parentes elogiaram cobrança de juízes a governo em maio deste ano

escopo de atuação ampliado. Entendemos que é fundamental que se abra para o reconhecimento de sujeitos e grupos historicamente excluídos da justiça de

transição brasileira, notadamente os povos indígenas, os camponeses, a população negra e os moradores de favelas e periferias”, entende o grupo. (EE)



SÉRGIO ABRANCHES

A DEMOCRACIA VIVE DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE DÊEM SOLUÇÕES AOS PROBLEMAS DO POVO. É DE ONDE TIRA SUA LEGITIMIDADE. JÁ AS MÁS POLÍTICAS PÚBLICAS DERRUBAM GOVERNOS. É A INCAPACIDADE DE INOVAR, ENTENDENDO AS NOVAS NECESSIDADES DO POVO EM UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO, QUE ALIMENTA O VOTO DOS CONTRA.

Não é a extrema-direita que ganha, os que estão aí é que perdem

O segundo turno na França, ontem, foi a maior surpresa de todas, disse o colunista político Alan Duhamel. O líder da extrema-direita, Jordan Bardella, viu a vitória escorregar pelos dedos como pérolas de mercúrio após ter ganhado o primeiro turno. Reagiu raivosamente, “venceu a aliança da desonra”. Mas, a única desonra foi para seu grupo. A coalizão da esquerda decidiu se unir à centro-direita de Macron, numa aliança republicana raríssima para derrotar a extrema-direita, renunciando às candidaturas menos competitivas, e foi a mais votada. Macron tem uma chance de ouro, oferecer o cargo de primeiro-ministro à Nova Frente Popular para uma coabitação republicana, na qual ele cuidaria da política europeia e global e a esquerda trataria de

encontrar soluções domésticas para os problemas do povo. Seria um desafio para ambos, assegurar a estabilidade da coabitação e encontrar uma fórmula de consenso para a migração.

No Reino Unido, Keir Starmer mostrou ter captado o espírito da época. Ele falou do desapontamento, da frustração e da necessidade de mudança e que a falta de confiança se combate com ações, não com palavras. Usou o mantra dos tempos “I will deliver” (eu vou entregar). Os Trabalhistas ficaram 13 anos no poder, 1997-2010, embalados pelas promessas da terceira via de Tony Blair. Foram rebaixados a observadores por 14 anos. Permaneceram na sombra enquanto insistiram nas velhas ideias, com Jeremy Corbyn na liderança. Keir Starmer entendeu o descrédi-

to popular, mudou o partido para falar com o povo britânico em linguagem nova. Ganhou de lavada. Agora, é saber se manterá o apoio obtido nas urnas. Havia uma grande quantidade de votos não-Trabalhistas a seu favor.

Nos Estados Unidos, Trump e Biden teimam em não dar a novas lideranças a chance de experimentar soluções diferentes. Os dois foram testados e são rejeitados por 60% da população. Nos estados mais críticos, que decidirão a eleição, Biden não convenceu quem votou nele em 2020. Trump não convence os eleitores independentes, menos ainda os Democratas frustrados com Biden.

Fala-se na onda de extrema-direita que ameaça derrubar as democracias. É como se a extrema-direita fosse protagonista de

um destino inexorável. Mas, ela não é. É sintoma. Ficou no limbo, desde o horror produzido por seus avós fascistas e nazistas, na Segunda Guerra, e pelo stalinismo que sufocou o sonho socialista em feroz ditadura de 1927 a 1953. Observando a crescente disfuncionalidade das democracias, a extrema-direita saiu da obscuridade e conseguiu captar os sentimentos negativos, de rejeição da política e dos governos que não atendem mais ao povo. Capturou as redes digitais, desprezadas pelos que estavam no poder. Mas, não é determinístico. No Reino Unido, a esquerda fez a maioria e na França, a primeira minoria.

É o fracasso dos velhos modelos de política e das velhas soluções de políticas públicas, em descompasso crescente com as necessidades do povo, que elege

os contra. O Reform, antigo UKIP, de extrema-direita, fez poucas cadeiras, mas foi segundo colocado em muitos distritos, deslocando os Conservadores e facilitando a vitória Trabalhista. O Rassemblement National de Marine Le Pen e Bardella, ganhou o primeiro-turno e cresceu no parlamento. Essa extrema-direita não deve ser subestimada. Mas ainda não mostrou ser capaz de permanecer no poder nas democracias dominadas pela insatisfação popular, sem transitar para a autocracia.

O *Pew Research Center*, pesquisando 24 democracias, revelou que a mediana das pessoas que não acreditam que os políticos cuidam do povo é de 74%. No Brasil, é de 76%, na França, 74%, no Reino Unido, 70%, no EUA, 83%. A questão fundamental é que, há muito, o voto é de frustração com

a incapacidade dos governos, e da democracia, de oferecer soluções para as necessidades do povo. Nos Estados Unidos, os dois candidatos, Trump e Biden não satisfizeram, por isso Trump não foi reeleito e Biden arrisca perder, se insistir na candidatura. Foi por ter falhado totalmente que Bolsonaro não se reelegeu. A extrema-direita cresce, pode vencer, mas não tem capacidade para responder às necessidades do povo porque é excluyente e racista.

A democracia vive de políticas públicas que dêem soluções aos problemas do povo. É de onde tira sua legitimidade. Já as más políticas públicas derrubam governos. É a incapacidade de inovar, entendendo as novas necessidades do povo em um mundo em transformação, que alimenta o voto dos contra.